

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Enumeram-se os principais diplomas (regulamentos externos) a que a STCP está obrigada:

Regulamentação Externa (Principais diplomas)	
Diploma	Assunto
Decreto - Lei n.º 202/94, de 23 de julho	Estatutos da Empresa, retificados pela Declaração n.º101/94 de 30 de julho, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de troleicarro ou carro elétrico pelo Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro e alterados pela Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro, que dá nova redação ao artigo 3º e adita o artigo 2º-A.
Decreto - Lei n.º 379/98, de 27 de novembro	Institui a transformação do Serviço de Transportes Colectivos do Porto em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação de Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A., ou STCP, S. A., estabelecendo o princípio da sucessão automática e global, para a nova entidade, da universalidade dos direitos e obrigações integrantes da esfera jurídica do extinto Serviço no momento da transformação.
Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro	Determina a descentralização parcial e temporária de competências de Autoridade de Transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros, operado pela STCP e a delegação, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.
Lei n.º 52/2015, de 9 junho	Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros.
Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro	Estabelece as regras aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.
Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro	Relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho Serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros.
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	Aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial.
Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro	Institui um novo regime jurídico de acesso à actividade dos transportes rodoviários de passageiros por meio de veículos com mais de nove lugares e de organização do mercado de transportes não regulares.
Lei n.º 28/2016, de 4 de julho	Décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro.
Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro	Estatuto do Gestor Público.
Lei n.º 114/94, de 16 de março	Código da Estrada, com as alterações a que foi sujeito

Regulamentação Externa (Principais diplomas)- continuação	
Diploma	Assunto
RCM n.º 8/2011, de 25 de janeiro	Acordo Ortográfico
Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro	Obrigatoriedade de existência e disponibilização do Livro de Reclamações
Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	Orçamento de Estado para 2018.
Lei n.º 113/2017, de 29 de dezembro	Grandes Opções do Plano para 2018.
Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado de 2018.
Despacho n.º 14.277/2008, de 23 de maio	Relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistemas de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF)
RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9.870/2009, de 13 de abril
Lei n.º 7-B/2016, de 31 de março	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019, que integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.
RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro	Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos com exceção das empresas do Serviço Nacional de Saúde.
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Código do Trabalho, com as alterações a que, entretanto foi sujeito, e respetiva regulamentação.
Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril	Regula a criação da medida de Estágios profissionais, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados.
Portaria n.º 84/2015, de 20 de março	Cria e regulamenta a medida de Promoção da Igualdade de Género no mercado de Trabalho.
RCM n.º 18/2014, de 7 de março	Adota medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens.
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro)	Código da Contratação Pública para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito.
Decreto-Lei n.º 149/2017, de 6 de dezembro	Aprova a orgânica dos Centros de Competências Jurídicas do Estado.
Decreto-Lei n.º 43/2012, de 23 de fevereiro	Aprova a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa
Despacho Normativo 21-A/2017, de 11 de dezembro	Fixa a percentagem máxima de aumento nas tarifas praticadas para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros, aos transportes coletivos de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, incluindo transportes fluviais, e aos transportes ferroviários urbanos e suburbanos.
Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 14/2009, de 14 de janeiro, DL n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 83-C/2013 e DL n.º 117/2017, de 12 de setembro	Execução de fiscalização da utilização dos títulos de transporte por parte dos clientes e respetivo controlo de receita
Despacho Normativo n.º 1094/98, de 19 de janeiro	Condições de segurança da exploração nos transportes coletivos regulares de passageiros
Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30 de setembro	Relativo às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores, susceptíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas.

De seguida, a relação dos procedimentos, diplomas e principais contratos que orientam a vida da STCP:

Regulamentação Interna	
Procedimentos/ Normativos/Contratos	Assunto
Acordos de Empresa (inclui Regulamento Disciplinar)	Normas internas relativas à área de Recursos Humanos
Sistema de Evolução profissional	
Manual de Competências	
Manual de Estrutura	
Matriz de processos, integrada no Manual de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho	Conjunto de normas onde se encontram descritas de forma exaustiva as atividades e respetivos procedimentos a desenvolver pelos diferentes órgãos e áreas da empresa. Referências de boas práticas que regulam a vida da STCP. Estes normativos encontram-se disponíveis no site da Empresa e da DGTf.
Código de Ética e de Conduta	
Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	
Plano de Igualdade	
Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho	
Regulamento de Avaliação de Fornecedores	
Medidas de Auto Proteção/ Planos de Emergência	
Regulamento de Controlo de Alcoolemia	
Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	
Manual de Identidade	
Operação Via Livre	
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Autoridade de Transportes	O contrato tem por objeto a delegação na AMP de competências de autoridade de transportes do Estado relativas ao serviço de transporte público de passageiros explorado pela STCP, previstas no n.º 2 do artigo 4º do RJSPTP.
Contrato Interadministrativo de Constituição de Unidade Técnica de Serviço e de Delegação de Competências	Estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transporte de passageiros explorado pela STCP na área geográfica dos Municípios outorgantes
Contrato de Gestão Operacional da STCP	Tem por objeto a transferência para a AMP a gestão operacional da STCP
Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público	Tem como finalidade definir as condições de prestação, por parte da STCP do serviço de transporte público de passageiros por autocarrão na Área Metropolitana do Porto, bem como estabelecer que o cumprimento das obrigações de serviço público a que a STCP está vinculada nesse contexto será objeto de compensação financeira pelo serviço público.

Locais, e a respetiva hiperligação, onde as informações se encontram disponíveis:

- As normas e regulamentos internos encontram-se disponíveis na *Intranet* da empresa.
- Encontram-se acessíveis no *site* da STCP as seguintes normas e regulamentos internos: Estatutos da STCP; Código de Ética e Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção; Plano de Igualdade da STCP.

<http://www.stcp.pt/pt/institucional/governo-societario/>

- No **site do setor público empresarial**, no seguinte endereço, encontram-se acessíveis os seguintes códigos e normas: Código das Sociedades Comerciais; Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE); Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro; RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro; DL nº 167/2008 de 26 de agosto

<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/enquadramento-legal>

- No **site do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres** encontram-se acessíveis nos endereços abaixo descritos, os seguintes códigos e normas:

<http://www.imt->

[ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Legislacao/Nacional/TransporteRodoviario/TranspPassageirosVe%C3%ADculosPesados/Paginas/TransportePassageirosVeiculosPesados.aspx](http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Legislacao/Nacional/TransporteRodoviario/TranspPassageirosVe%C3%ADculosPesados/Paginas/TransportePassageirosVeiculosPesados.aspx)

[Lei nº 52/2015 de 9 de junho](#); Decreto-Lei [nº 3/2001, de 10 de janeiro](#); Lei nº 28/2006, de 4 de julho

<http://www.imt->

[ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Legislacao/Nacional/OutraLegislacaoInteresse/Paginas/OutraLegislacaoInteressa.aspx](http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Legislacao/Nacional/OutraLegislacaoInteresse/Paginas/OutraLegislacaoInteressa.aspx)

Código da Estrada, com as alterações a que foi sujeito

<https://dre.pt/> - consulta da legislação publicada.

Transações relevantes com entidades relacionadas 2018

A generalidade das transações com as partes relacionadas encontravam-se contratualizadas e, no ano de 2018, processaram-se de acordo com as condições fixadas contratualmente.

A STCP respeitou os procedimentos estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços no que respeita a transações com partes relacionadas.

As transações relevantes com entidades relacionadas, no ano de 2018, foram as seguintes:

Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas		
Entidade	Descrição	Montante [1]
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE		2.261.905,31
	Comissão de venda do tarifário monomodal e intermodal	2.156.336,70
	Fee de validação do tarifário monomodal	62.747,92
	Contrato de fornecimento assinaturas anuais a trabalhadores e familiares da STCP	27.899,88
	Fornecimento de cartões Andante Gold	3.262,00
	Oferta Títulos - Protocolo ARSN	496,60
	Acordo Título Euro- Tx validação	83,23
	Compra Títulos Andante e STCP	138,80
	Regularização Títulos a Clientes	16,40
	Despesa Semana Europeia da Mobilidade	203,28
	Indemnização Danos Cartões TIP	10.720,50
Metro do Porto, S.A.		56.453,44
	Contrato de prestação de serviços jurídicos	14.760,00
	Protocolo Interface Casa Musica - Ocupação lugares estacionamento	20.143,84
	Contrato de cedência de Instalações Sanitárias - Comparticipação nos Custos	20.664,00
	Prestação de Serviços de Assessoria de Imprensa	885,60
OPT- Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.		113.815,67
	Manutenção de softwares	113.815,67

Venda de bens e serviços a entidades relacionadas		
Entidade	Descrição	Montante [1]
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE		37.645.345,27
	Vendas do tarifário monomodal STCP	2.984.115,65
	Quota parte na Receita do tarifário Intermodal	34.349.402,76
	Arrendamento e cedência de espaços e serviços conexos	160.528,04
	Serviços Administrativos e Serviços de Administração de Sistemas e HELPDESK	126.889,06
	Contrato Gestão Processo Logístico	18.228,21
	Contrato Prestação Serviços de Transporte Consumíveis e Fecho Turno	2.952,00
	Acordo Título Euro - quota parte da receita	3.175,60
	Regularização Comissão Andante Tour 1	-2.234,33
	Protocolo Distribuição Mapas da Rede STCP	620,00
	Débitos por conta da TIP	1.668,28
Metro do Porto, S.A.		67.760,49
	Arrendamento e cedência de espaços e serviços conexos	58.105,43
	Contrato de cedência de Instalações Sanitárias - Comparticipação Custos	4.459,21
	Débito Prestação de Serviços de Assessoria de Imprensa "CISION"	5.036,85
	Aluguer de autocarros	159,00
Transpublicidade, S.A.		256.694,30
	Contrato Concessão Exploração Publicidade	256.694,30

[1] valores em euros e com IVA incluído

Outras transações

1. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A empresa aderiu ao SNCP, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

No exercício de 2018 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste sistema.

A STCP, enquanto entidade criada especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral, com carácter comercial, que exerce atividade no setor dos transportes conforme previsto no artigo 7º, nº 1 e artigo 9º, nº 3 alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP), apenas está obrigada a aplicar a parte II do CCP, no caso de contratos de empreitadas quando o valor do seja igual ou superior a € 5.548.000,00 e no caso de contratos para aquisição de bens móveis ou de fornecimento de serviços for superior a € 443.000,00 (artigos 11º, nº 1 e 474º, nº 4 do CCP).

Em 2018, a STCP lançou 2 concursos públicos internacionais à luz do CCP, respeitantes a contratos acima dos limiares supra mencionados e que constam do quadro seguinte:

Plataforma Vortal - Concursos		Montante da adjudicação (€)
Nº	Designação	
6/2018	Concurso Público Internacional para o fornecimento de gasóleo (*)	9.074.196,00
7/2018	Concurso Público Internacional para a contratualização de apólices de seguros	998.763,48

(*) Para o período de 3 anos.

Por questões de transparência em matéria de aquisições o Conselho de Administração deliberou, conforme consta da ata nº15/17 de 11/04/2017 no seu ponto 6.2, no sentido de recomendar a todos os departamentos da empresa a utilização da plataforma eletrónica em todos os procedimentos de contratação pública futuros com valores superiores a € 5.000,00 (cinco mil euros).

Tal recomendação só pode ser afastada, desde que justificada por cada responsável de departamento e autorizada pelo Conselho de Administração.

Nesta sequência, em 2018 foram lançadas na plataforma eletrónica de contratação pública 15 consultas que se identificam no quadro seguinte:

Plataforma Vortal - Consultas 2018		
Nº	Tipo	Designação
1/2018	Consulta Prévia	Fornecimento e instalação de posto de transformação
2/2018	Consulta por Convite	Consulta para fornecimento de fardamento
3/2018	Consulta por Convite	Consulta para o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial
4/2018	Consulta por Convite	Licenciamento produtos Microsoft
5/2018	Consulta por Convite	Fornecimento de títulos "Agente Único"
8/2018	Consulta por Convite	Consulta para fornecimento, gestão e manutenção de pneus para viaturas de serviço público urbano de passageiros
9/2018	Consulta por Convite	Consulta para prestação de serviços de limpeza de instalações
10/2018	Consulta por Convite	Consulta para o fornecimento e instalação de duas máquinas de lavar carroçarias de autocarros
11/2018	Consulta por Convite	Consulta para aquisição de equipamentos para infraestrutura HP e Backup
12/2018	Consulta por Convite	Fornecimento de servidores de ficheiros com replicação
13/2018	Consulta por Convite	Consulta para elaboração de projeto de requalificação e expansão da Estação de Francos
14/2018	Consulta por Convite	Consulta para elaboração de projeto de requalificação e expansão da Estação da Via Norte
15/2018	Consulta por Convite	Consulta para o fornecimento de óleos/ lubrificantes
16/2018	Consulta por Convite	Consulta para aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados
17/2018	Consulta por Convite	Gerador diesel para sala de sistemas STCP

No que concerne às aquisições até € 5.000,00, ou acima deste montante e dispensadas da utilização da plataforma eletrónica, de acordo com o acima mencionado, os procedimentos instituídos na empresa, impõem, sempre que possível a consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excecionalmente, por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, e autorizadas, a consulta pode ser efetuada a apenas um ou dois fornecedores.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva, aferir o cumprimento dos compromissos propostos, cuja última atualização data de novembro de 2014.

O Código dos Contratos Públicos, com as alterações a que foi sujeito por força do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, prevê no artigo 290º-A a obrigatoriedade de o contraente público designar o gestor do contrato cuja função é de acompanhar permanentemente a execução do contrato, devendo a sua identidade constar do clausulado do contrato, constituindo uma das suas menções obrigatórias (conforme previsto no artigo 96º).

Quando se trata de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que sejam definidas por cada contraente público, o gestor deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

No caso da STCP a figura do Gestor do contrato já existia, não com este enquadramento jurídico, mas como o responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e respetiva validação dos valores associados à execução do mesmo.

Assim, o Conselho de Administração da STCP, dando cumprimento ao consagrado no Código dos Contratos Públicos, designou os gestores dos principais contratos (Ata n.º 16/ 2018, ponto 1.3).

Dando cumprimento ao disposto na Lei nº 98/97 de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - que impõe a **fiscalização prévia do Tribunal de Contas de determinados atos**, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas para verificação da sua conformidade legal e cabimentação orçamental da verba, foram em 2018 submetidos a visto do Tribunal de Contas os seguintes contratos, cujos valores são superiores a € 5.000 000,00:

Contratos enviados para o Tribunal de Contas, em 2018, para obtenção do visto prévio

- 2ª Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 2ª Série
- 2º Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 3ª Série
- Construção Posto Gás Via Norte
- Fornecimento de Gasóleo

Foram visados, pelo Tribunal de Contas até 31 de dezembro de 2018 os seguintes contratos

- 2ª Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 2ª Série, Proc. 539/2018, com atribuição de visto a 17/04/2018
- 2º Aditamento Fornecimento Autocarros MAN 3ª Série, Proc. 2519/2018, com atribuição de visto a 27/09/2018
- Construção Posto Gás Via Norte, Proc. 2855/2018, com atribuição de visto a 19/12/2018
- Fornecimento de Gasóleo, Proc. 3312/2018, com atribuição de visto a 08/01/2019.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Em 2018 não se verificaram transações que tenham ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

c) *Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).*

Nome	Localidade	Morada	Montante [1]
DOUROGÁS NATURAL- MEDIAÇÃO E EXPLORAÇÃO SISTEMAS GÁS, SA	ARCOS VALDEVEZ	EDIFÍCIO SÁ TAQUEIRO, Nº 57, E.N. 101	4.746.225,48
MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	ALVERCA DO RIBATEJO	QUINTA DAS COTOVIAS- EDIFÍCIO MAN, 2º ANDAR	2.684.370,32
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	5.134.736,31
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM, 284	2.000.270,06
TIP-TRANSPORTES INTERMODAIS PORTO, ACE	PORTO	AVª FERNÃO DE MAGALHÃES 1862-12º	2.219.243,94
total			16.784.846,11
5% FSE 2018	19.913.071,64 * 5%		995.653,58

[1] Valores em euros e com IVA incluído relativos às faturação do ano destes fornecedores em FSE

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

O Sistema Integrado de Gestão da STCP, S.A. encontra-se Certificado em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, pelas Normas seguintes:

- NP EN ISO 9001:2015 >> Sistemas de Gestão da Qualidade
- NP EN ISO 14001:2015 >> Sistemas de Gestão Ambiental
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 >> Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

O âmbito das certificações estende-se a todas as instalações e atividades da empresa, com exceção das que se relacionam diretamente com a atividade museológica do Museu do Carro Elétrico e das instalações desativadas.

As primeiras Certificações foram obtidas em 2008, e foram sendo renovadas com sucesso por ciclos sucessivos de três anos.

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

Os objetivos definidos para 2018 são os do Contrato de Gestão Operacional celebrado entre o Estado Português e a AMP – Área Metropolitana do Porto, bem como os objetivos definidos no Plano de Atividades e Orçamento para 2018

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

Os compromissos da STCP, como operador de transporte público na Área Metropolitana do Porto, encontram-se expressos na sua missão e política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho da empresa.

Em 2018, foi concluído com sucesso o processo de transição das certificações para as novas versões, das normas de gestão em Qualidade e Ambiente, referenciais que vêm introduzir na gestão das empresas a abordagem pelo pensamento baseado em risco, a análise de contexto e partes interessadas.

No início do ano de 2018 foi concluído o processo de transferência de competências de gestão da STCP do Estado — que continua proprietário — para os seis municípios servidos pela sua rede de transportes - Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo - com o início de funções do novo conselho de administração, que inclui membros nomeados pela Área Metropolitana do Porto e pelo acionista, Estado Português.

Com este modelo de gestão a Área Metropolitana do Porto (AMP) passa a estabelecer um contacto direto com os utentes do serviço público e a regular as relações que estes estabelecem com a STCP, de forma mais adequada, equilibrada e ajustada aos interesses das populações das concelhias servidas.

O ano de 2018 veio consolidar a tendência de crescimento da procura iniciada em 2016, registando um aumento face ao ano de 2017 de 1,4%, com mais um milhão de passageiros, aproximando-se dos valores registados em 2014 – cerca de 73,4 milhões de passageiros transportados em 2018.

Constatou-se a consolidação da integração tarifária, com o crescimento do peso do tarifário intermodal na procura total, correspondendo a cerca de 84,7% dos passageiros transportados com este tipo de tarifário, mais 0,5 pontos percentuais do que o peso registado em 2017.

Os passageiros km transportados corresponderam a 273 milhões.

A receita das vendas de títulos de transporte registou um aumento de 5%, mais 2,3 milhões de euros do que no ano anterior, fruto do aumento da procura e do aumento de tarifas, aplicado a partir de 1 de janeiro de 2018.

No ano foram percorridos 22,4 milhões de quilómetros de serviço, sensivelmente iguais aos percorridos em 2017, e foram disponibilizados cerca de 2.038 milhões de lugares km.

Em 2018, foi obtida autorização por parte da Tutela para a contratação de 28 novos motoristas, de forma a colmatar parcialmente um défice estrutural na empresa de pessoal tripulante, embora as contratações só tenham sido totalmente efetuadas no último trimestre de 2018, pelo que a melhoria do nível da oferta no serviço público da empresa, por este motivo, apenas será sentida durante o ano de 2019, já que as contratações e o plano de formação subsequente apenas irá permitir que o contingente de motoristas fique totalmente disponível para a operação em fevereiro de 2019.

Embora tenha sido incrementado em 5 o número médio de motoristas em funções em 2018 – 898 em 2018 face a 893 no ano anterior – a taxa de absentismo registou um crescimento, devido essencialmente ao aumento das baixas por doença e também devido às greves. A STCP esteve sob o efeito de um pré-aviso de greve para os sábados, domingos e feriados e as duas últimas horas do período de trabalho, desde meados de 2017, que se manteve durante todo o ano de 2018. A taxa de absentismo dos motoristas em 2018 foi de 9,3%, mais 1,3 pontos percentuais do que no ano anterior, com implicações na taxa de cumprimento de serviço em 2018.

Ao longo de todo o ano de 2018, foi mantido um estreito relacionamento com as diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) tendo em vista alcançar plataformas de entendimento comum, equilibrando os interesses da empresa e dos seus trabalhadores.

Das negociações encetadas com as ORT destacam-se os acordos alcançados, com vista à paz social na empresa, e dos quais resultou:

- O memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto, relativo aos termos da atualização salarial a implementar, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses;
- O acordo celebrado a 12 de dezembro relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017;
- O acordo celebrado a 10 de janeiro de 2019 que permitiu que não avançasse a greve decretada, a partir de 9 de janeiro de 2019, que abrangia todos os serviços diários a todos os dias da semana;
- O acordo, celebrado a 17 de janeiro de 2019, com efeitos a 4 de fevereiro de 2019, relativo ao levantamento da greve que abrangia as duas últimas horas de cada serviço diário, decretada no dia 5 de agosto de 2017.

O Plano de Investimento de 2018 aprovado na Assembleia Geral de 14.08.2018 foi de 25,8 milhões de euros, dos quais 18,8 milhões de euros referem-se a investimentos associados à renovação da frota, sendo que alguns dos projetos de investimento aprovados para 2018 são investimentos plurianuais, nomeadamente a renovação das instalações das Estações de Francos e Via Norte, a executar no período 2018-2020.

O investimento realizado no ano ascendeu a cerca 14,7 milhões de euros, dos quais 14,1 milhões de euros (96%) respeitam à renovação da frota de autocarros, por novos autocarros 100% elétricos e novos autocarros a gás natural.

Apresenta-se a evolução dos resultados de 2016 a 2018

Resultados (em milhares de euros)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
				absoluta	%
EBITDA (x)	-14.484	-977	819	1.795	184%
- Indemnizações (ICCT)	27	52	3	-50	-95,2%
- Extraordinários Gastos Pessoal [1]	1.780	0	1.116	1.116	-
- Memorando de Entendimento com a CMP	10.086	-	-	-	-
EBITDA RECORRENTE	-2.590	-925	1.937	2.861	309%
Resultado Operacional (EBIT) (x)-(y)-(z)	-12.325	-10.756	5.121	15.877	148%
Resultado Financeiro	-14.449	-4.136	-6.928	-2.792	-67,5%
Resultado Líquido	-26.788	-14.911	-1.820	13.091	87,8%
Resultado Líquido sem SWAP (var. justo valor e juros)	-17.564	-15.173	1.301	16.473	109%

[1] Em 2016 inclui 673.287 euros referentes ao aumento de teto de 600 para 650 euros dos benefícios de reforma, valor contabilizado em abril, e cerca de 1 milhão de euros de reconhecimento do acordo com descansos compensatórios a partir de junho, valor provisionado nas contas de 2015. Em 2018, reconhecimento do gasto não recorrente relativo a acordos judiciais ou extra judiciais de responsabilidades laborais para os quais tinha sido constituída uma provisão, que foi revertida no final do ano. Foram contabilizados cerca de 1,1 M€ para este efeito em 2018.

Em 2018, todos os Resultados tiveram uma evolução favorável face ao ano anterior, com exceção do Resultado Financeiro, devido ao aumento dos encargos com SWAP.

O EBITDA Recorrente de 2018 foi de 1,9 milhões de euros, registando uma melhoria face a 2017 de 2,9 milhões de euros.

Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSP);

A STCP assume perante os seus clientes os seguintes compromissos:

- Assegurar um serviço de qualidade e ao encontro das expectativas do cliente.
- Difundir uma informação simples e correta sobre o serviço disponibilizado (seja em condições normais ou em caso de alterações, nos suportes de comunicação disponíveis).
- Estabelecer os horários de modo ajustado à procura, adotando as medidas corretivas identificadas.
- Pôr em prática medidas que melhorem a regularidade de serviço, em paralelo com as entidades responsáveis pela gestão da via pública e da mobilidade.
- Promover e levar a cabo as ações indispensáveis, de maneira a assegurar níveis de segurança elevados no serviço de transporte e na sua utilização, com o propósito de garantir sempre o bem-estar do cliente.
- Disponibilizar uma rede ajustada de vendas, bem como simplificar a compra de títulos de transporte, numa lógica intermodal.
- Manter em bom estado de conservação e limpeza os veículos da STCP.
- Considerar critérios de eficiência energética e de redução da emissão de poluentes na frota, contribuindo assim para a proteção do meio ambiente.

- Não exercer nenhum tipo de discriminação sobre os passageiros, sobretudo no que confere às tarifas e às condições contratuais.
- Investir na melhoria crescente do acesso das pessoas de mobilidade reduzida aos autocarros da STCP.

Em 08 de agosto de 2014 foi assinado com o Estado Português o Contrato de Serviço Público por modo autocarro, contrato esse que teve o seu primeiro Aditamento em 10 de dezembro de 2014.

Em 28 de julho de 2017, o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto (AMP), celebraram com a STCP um Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público tendo por base a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, que regula o novo modelo de gestão da STCP.

Através deste segundo aditamento a AMP assume todas as posições jurídicas, direitos e obrigações de que o Estado é titular no contrato de serviço público. São também estabelecidas as bases em que o cumprimento das obrigações de serviço público a que a STCP está vinculada nesse contexto deve ser objeto de compensação, no âmbito da legislação aplicável.

No **Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público** estão fixadas as metodologias que permitam monitorizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela STCP e avaliar o grau de satisfação dos clientes.

A rede de transporte público de passageiros da STCP é composta por 70 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico.

A rede do modo autocarro tem uma extensão de aproximadamente 485 km e a de carro elétrico, tem cerca de 9 km. São servidas 2.486 paragens localizadas ao longo dos 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto - Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia – servindo 33 freguesias desses concelhos.

O serviço é prestado durante todos os dias do ano, durante as 24h diárias.

Das 59 linhas de autocarro que prestam serviço diurno (6h00 às 21h00), 37 têm serviço também ao noturno (21h00 às 0h30). Durante a madrugada, entre as 0h30 e as 6h00, é prestado serviço com 11 linhas em modo autocarro.

No ano de 2018 foram percorridos 22,2 milhões de quilómetros de serviço em modo autocarro e disponibilizados 2.032 milhões de lugares quilómetros. No modo carro elétrico foram percorridos 162 mil quilómetros de serviços e disponibilizados 6,8 milhões de lugares quilómetros.

Em 2018 verificaram-se as seguintes alterações nas linhas e paragens do serviço público:

- Linha 200 Bolhão – Castelo do Queijo: a linha 200 voltou a ter término no Bolhão, com novo percurso de volta a partir da Avenida dos Aliados, depois de mais de um ano com desvio no percurso.
- Alterações no Horário Normal/Inverno: o horário de inverno, que teve início a 8 de setembro, alterou os horários das linhas 202, 500 e 504 nos dias úteis e sábados e das linhas 201, 202, 500 e 504 aos domingos.

Em 2018, a STCP desenvolveu e implementou um conjunto de **operações especiais**, com o objetivo de promover a mobilidade, comodidade e segurança dos seus clientes a eventos com elevada atração de pessoas e épocas festivas, em parceria com as entidades organizadoras dos eventos e em articulação com as câmaras municipais onde os eventos foram realizados, destacando-se:

- Eventos como os festivais *NOS Primavera Sound* e *Marés Vivas*, o *Serralves em Festa*, a noite de S. João e a *Semana da Queima das Fitas*;

- Festejos no Porto da noite de Halloween, na Noite Branca em Gondomar, na inauguração das luzes de Natal, entre outros;
- Operação especial para o Natal, garantindo aos seus utilizadores a possibilidade de viajar de forma segura e confortável, ao longo de toda a noite e madrugada;
- Operação especial Fim de Ano, que garantiu o transporte ao longo de toda a noite e madrugada. Esta operação especial de Fim de Ano foi integrada no Plano de Mobilidade promovido pela Câmara Municipal do Porto.

Avaliação da satisfação do cliente

No ano de 2018 não foi efetuado o inquérito de satisfação do cliente.

Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSP);

A STCP tem como um dos seus princípios “minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”.

A empresa obteve em 2008 a Certificação Ambiental no referencial normativo NP EN ISO 14001:2004 que transitou com sucesso em 2018 para o novo referencial NP EN ISO 14001:2015. Esta certificação visa a competitividade e o desenvolvimento sustentável da empresa, nas vertentes ambientais.

No ano de 2018 há a realçar o início da 1ª fase da concretização da renovação da frota STCP, 188 viaturas antigas com cerca de 20 anos, por viaturas novas mais eficientes do ponto de vista energético, 15 movidas a energia elétrica e 173 movidas a gás natural comprimido.

No dia 20 de abril de 2018 foi dado início à operação na rede STCP dos autocarros 100% elétricos e da nova geração de autocarros movidos a gás natural com a disponibilização numa primeira fase, de três veículos em circulação, dois elétricos e um a gás natural comprimido.

No final de 2018 estavam em operação 40 autocarros, 28 movidos a gás natural comprimido e 12 totalmente elétricos, de um total de 188 autocarros previstos para o triénio 2018-2020.

Esta primeira operação de renovação irá permitir, em 2020, que a frota da STCP seja maioritariamente constituída por autocarros movidos a gás natural – cerca de 77% – e por cerca de 4% movidos a energia elétrica. Visa promover a renovação de autocarros em fim de vida por veículos mais eficientes e que utilizem combustíveis com melhor desempenho ambiental, designadamente veículos movidos a gás natural comprimido – GNC – com emissões inferiores, em pelo menos 15%, em cada um dos limites máximos aplicáveis, fixados na Norma Euro VI e veículos movidos a energia elétrica. São assim expectáveis importantes benefícios ambientais, associados tanto a um aumento de eficiência da frota, como a uma menor emissão de poluentes.

O esforço de renovação da frota efetuado pela STCP terá assim um grande impacto na contribuição para a melhoria do ambiente. Essa contribuição faz-se a vários níveis, quer pela substituição de autocarros a gasóleo e consequente diminuição dos principais poluentes resultantes da combustão, particularmente ao nível das partículas (mais de 95% nas PM), monóxido de carbono (mais de 25% de CO) e óxidos de azoto (mais de 85% nos NOx), quer pela substituição de autocarros a gás natural mais antigos e menos eficientes energeticamente, contribuindo ainda para uma redução das emissões de CO₂.

A substituição das viaturas mais antigas por autocarros limpos elétricos com sistema de travagem regenerativa e autocarros a gás natural que cumprem a Norma EURO VI traduz-se numa diminuição generalizada das emissões, bem como numa diminuição do ruído ambiente

Em 2018 foi também iniciada a 2ª fase de renovação da frota de autocarros da STCP com a candidatura ao Aviso POSEUR-07-2018-10, em outubro de 2018, para a renovação de 86 autocarros da atual frota

envelhecida, por 86 novos autocarros, dos quais 62 veículos *standard low floor* movidos a gás natural (que permitem a circulação em qualquer linha, podendo com facilidade ser alocados às linhas com “pontos críticos”, como por exemplo os túneis) e 19 veículos *standard low entry* movidos a gás natural, a que acrescem ainda 5 veículos *standard low floor*, elétricos. Foi também objeto da candidatura a renovação do posto de enchimento de gás natural, localizado na Estação de Recolha de Francos, e que tem cerca de 20 anos de existência e novos postos de carregamento para os novos autocarros elétricos.

A STCP monitoriza mensalmente os consumos de água, permitindo que eventuais anomalias detetadas sejam regularizadas de imediato, evitando que se traduzam em consumos excessivos de água. A STCP continuou em 2018 a utilizar água proveniente maioritariamente de captações, 72,2% do total, utilizada essencialmente na lavagem das viaturas de serviço público.

Na STCP é efetuada a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a sua valorização.

Os resíduos produzidos pela STCP são recolhidos e tratados por operadores contratados especializados, existindo, no entanto, uma fração que é recolhida pelo Sistema de Recolha Municipal (RSU).

No que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial, refira-se que a STCP rege-se por um Código de Ética e Conduta.

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSP);

Na STCP é praticada uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, nomeadamente ao nível do recrutamento, ao nível salarial, da progressão na carreira e na promoção de políticas de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

A empresa possui um Plano de Igualdade, conforme determina o n.º 2 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 23 de março. Neste plano estão delineados planos de ação, de curto e de médio prazo, com objetivos mensuráveis.

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Efetivo por Género

A 31 de dezembro de 2018 trabalhavam na empresa 112 mulheres, correspondendo a 9% do total do efetivo (8% em 31 de dezembro de 2017).

No final do ano de 2018 cerca de 46% do efetivo feminino exercia funções de motorista ou guarda-freio, registando-se um acréscimo do peso do efetivo feminino nessas funções, que no final de 2017 era de 43%.

De registar igualmente o crescimento do peso do pessoal feminino no total de pessoal tripulante (motoristas e guarda-freios) passando de 4,7% em 2017, para 6% em 2018.

Práticas de igualdade no trabalho e no emprego

A STCP, como entidade socialmente responsável, assume a promoção da igualdade de género e da conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal, integrando na sua gestão, políticas e práticas nestes domínios.

A política de recursos humanos da empresa é baseada na igualdade de oportunidades, no respeito pelos direitos humanos e não da discriminação, nomeadamente no que se refere às remunerações.

Em 2017 foi elaborado o Plano para a Igualdade, da STCP, amplamente divulgado a todos os trabalhadores, onde se encontram estabelecidos planos de ação para o curto e médio prazo. Neste âmbito, foram concretizadas algumas das medidas propostas, nomeadamente ao nível da informação e comunicação, do diálogo social e participação dos trabalhadores e do tratamento da informação relativa aos recursos humanos da entidade desagregada por sexo, sendo elaborado anualmente um Relatório sobre remunerações por género.

Desde 2008 que a STCP possui o Código de Ética e Conduta tendo elaborado em 2018 o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, ambos divulgados a todos os trabalhadores, e disponíveis na intranet da STCP, que constituem um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa

No que respeita a medidas que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e a disponibilização de benefícios sociais, destacam-se:

- o apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP (CCDT), transferindo para esta entidade todo um conjunto de atividades e eventos, que eram assegurados pela empresa. Como atividades salientam-se a Festa de Natal, momento único do ano em que a empresa reúne os seus trabalhadores e familiares e a Colónia de Férias para os filhos de trabalhadores até aos 12 anos.
- quotizações mensais de todos os trabalhadores ao CCDT, permitindo assim o seu equilíbrio financeiro e a promoção de outras atividades, nomeadamente desportivas e culturais.
- desde 2017, que o CCDT assegura a gestão do refeitório da STCP, localizado na Estação de Recolha de Francos, disponibilizando a STCP o transporte dos trabalhadores dos diferentes locais, onde a empresa opera.
- nos casos previstos nos Acordos de Empresa em vigor, a empresa disponibiliza o acesso a gratuito a especialidades médicas e enfermagem no seu Posto Clínico, bem como a comparticipação medicamentosa.
- o pagamento de uma comparticipação fixa aos trabalhadores com filhos até 6 anos que frequentem infantários.
- benefícios pós-reforma - a empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007). Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, tendo vindo a contribuir anualmente e, desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

No que respeita ao Recursos Humanos, há a salientar, no ano:

- o cumprimento ao disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016 (LOE 2017), de 29 de dezembro, e à Lei OE 2018, no que se refere a reposição dos direitos previstos em instrumentação coletiva de trabalho, representando cerca de 2,45 milhões de euros, cerca de +1,7 milhões de euros, do que em 2017.
- o reforço do efetivo, em 29 trabalhadores, autorizado pelas Tutelas.
- o memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto, com as ORT, relativo aos termos da atualização salarial a implementar, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses, representando no ano, cerca de 293 mil euros.
- o acordo celebrado a 12 de dezembro, com as ORT, relativo à inclusão no subsídio de férias e retribuição das férias, dos valores referentes à prestação de trabalho noturno e extraordinário, desde que ocorram em pelo menos 11 meses num ano, considerando também os anos de 2012 a 2017 (1,1 M€ de 2012 a 2017) e cerca de 258 mil € em 2018 (a pagar em 2019).
- O acordo celebrado a 10 de janeiro de 2019 que permitiu que não avançasse a greve decretada, a partir de 9 de janeiro de 2019, que abrangia todos os serviços diários a todos os dias da semana.
- O acordo, celebrado a 17 de janeiro de 2019, com efeitos a 4 de fevereiro de 2019, relativo ao levantamento da greve que abrangia as duas últimas horas de cada serviço diário, decretada no dia 5 de agosto de 2017.

O efetivo a 31 de dezembro de 2018, sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento era composto por 1.271 trabalhadores, mais 29 trabalhadores do que o verificado a 31 de dezembro de 2017. Os efetivos recrutados em 2018 foram autorizados pela Tutela.

A empresa manteve em 2018 o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração, procurando convergir esforços e envolvimento dos trabalhadores, em prol do desenvolvimento da empresa e melhoria das condições de trabalho.

Sistema de avaliação de desempenho - Está implementado na empresa um sistema de avaliação de desempenho anual dos colaboradores, tendo em vista a sua evolução profissional. Esta serve como um incentivo à melhoria contínua de cada trabalhador, permitindo premiar anualmente os trabalhadores com melhor avaliação na empresa, pela aplicação do estabelecido nos Acordos de Empresa em vigor. Em 2018 foi aplicado o sistema de avaliação de desempenho.

Aplicação dos acordos de empresa - conforme determinado no art.º21º (Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e da Lei do Orçamento de Estado de 2017, em 2017 havia sido retomada a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho. Contudo, quanto a matérias previstas nos Acordos de Empresa, como diuturnidades e avaliação do desempenho, os direitos adquiridos foram repostos em 50% em 2017, sem efeitos retroativos, e os restantes 50% em janeiro de 2018.

No ano de 2018, decorrente do memorando de entendimento, assinado a 14 de agosto com as ORT, foi implementado um aumento salarial, com produção de efeitos a 1 de maio de 2018, e por um período de 20 meses.

Formação

Considerando o papel relevante da formação no desenvolvimento profissional, em 2018 a STCP procurou solidificar a formação dos seus trabalhadores, aos mais variados níveis da empresa.

Foram realizadas cerca de 29 mil horas de formação em 2018, mais cerca de 33% face ao ano anterior, sendo que 92% dessas horas são direcionadas a pessoal tripulante. O número de trabalhadores que tiveram ações de formação foi de 952, correspondendo a cerca de 75% do total do efetivo em 2018.

Segurança e saúde no trabalho (SAFETY)

Destaca-se em 2018 o reforço de mais um elemento na equipa de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho (HST), área integrada no Departamento de Recursos Humanos, numa clara aposta na política de segurança interna. A HST da empresa trabalha em estreita colaboração com a Medicina do Trabalho, nomeadamente na avaliação dos riscos profissionais, das condições de trabalho, e avaliação e análise dos acidentes de trabalho.

Neste âmbito, HST avalia os riscos associados aos locais de trabalho, realiza visitas inspetivas aos postos e equipamentos de trabalho, elabora e implementa recomendações sobre matérias de prevenção, relatórios sobre as condições de trabalho e planos de ação. No ano foram realizadas 48 inspeções às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Em 2018, foram aprovados investimentos em algumas instalações, de forma a melhorar as suas condições de trabalho. Destacam-se, os locais de apoio na rua ao pessoal tripulante, através da renovação da sala para motoristas localizada no interface do Hospital S. João e da nova sala na zona do Bolhão. O início dos projetos para a execução das empreitadas de renovação dos Estações de Recolha de Francos e Via Norte, a executar nos próximos anos.

Saúde

A STCP assegura, nas suas instalações, a assistência de especialidades médicas e de enfermagem aos seus colaboradores, possibilitando o acesso externo a especialidades não asseguradas internamente. Em 2018, no Posto Clínico, foram realizadas aproximadamente 4.800 consultas nas diversas especialidades médicas existentes, e assegurados os cuidados de enfermagem em permanência no Posto Clínico na Unidade Operacional de Francos e, duas vezes por semana, no posto de enfermagem da Unidade Operacional da Via Norte.

A Medicina do Trabalho, assegurou ao longo do ano aproximadamente 1.900 consultas aos trabalhadores, sendo igualmente responsável pela avaliação de todos os candidatos para admissão na STCP.

O controlo de alcoolemia na STCP, integrado na Medicina do Trabalho em estrito cumprimento do Regulamento de Alcoolemia em vigor na empresa, realizou em 2018, 3.976 testes dos quais 6 foram positivos.

Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

Em 2018, cerca de 41,6 % dos passageiros transportados em transporte público na AMP foram transportados através da STCP (tendo por base a procura de transporte público de passageiros dos operadores que utilizam o transporte monomodal e o tarifário monomodal da STCP e da CP).

A STCP na AMP

					Variação 2018/2017	
Passageiros AMP	unidade	2016	2017	2018	absoluta	%
Passageiros AMP [1]	10 ⁶	165	173	177	4	2,3%
Passageiros STCP	10 ⁶	69,4	72,4	73,4	1	1,4%
Quota STCP	%	42,0%	41,9%	41,6%	-0,4 pp	-0,9%

Fonte: Relatório e Contas TIP 2018.

[1] Inclui a procura de transporte público do conjunto dos operadores que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

Apresentam-se a evolução de alguns indicadores que se consideram relevantes, relativos à evolução da atividade da empresa:

Receita Média por Passageiro	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	€	0,62	0,63	0,65	0,02	3,6%

Receita inclui compensação social tarifário andante.

Receita Média por Veículo Km	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	€	1,96	2,04	2,14	0,10	4,9%

Receita inclui compensação social tarifário andante.

Veículos Km por Efetivo Médio	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total	10³ Km	24,7	24,7	24,5	-0,2	-0,8%

Efetivo médio: Motoristas e Guarda-Freios em funções

Taxa de Cobertura	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Total STCP	10³					
Rendimentos [1]	10 ³	45.099	49.718	55.878	6.160	12%
Gastos [2]	10 ³	47.689	50.643	53.941	3.298	7%
EBITDA Recorrente	10³	-2.590	-925	1.937	2.862	309%
Taxa de Cobertura	%	95%	98%	104%	5,4 pp	6%

[1] Inclui Obrigações de Serviço Público

[2] Não inclui gastos não recorrentes. Inclui reposições salariais da LOE de cerca de 738 mil € em 2017 e 2,7 M€ em 2018.

Situação patrimonial

Balanço	unidade	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
					absoluta	%
Ativo Não Corrente	10 ³ €	72.554	70.368	83.754	13.386	19,0%
Ativo Corrente	10 ³ €	11.896	11.573	25.911	14.338	124%
Total do Ativo	10³ €	84.450	81.941	109.665	27.723	33,8%
Capital Próprio	10³ €	-463.574	-408.051	-331.741	76.310	18,7%
Passivo Não Corrente	10 ³ €	441.692	394.073	361.145	-32.928	-8,4%
Passivo Corrente	10 ³ €	106.331	95.920	80.261	-15.659	-16,3%
Total do Passivo	10³ €	548.024	489.993	441.406	-48.587	-9,9%
Total do Capital Próprio e Passivo	10³ €	84.450	81.941	109.665	27.723	33,8%

O **ativo** atingiu a 31 de dezembro, o montante de 109,7 milhões de euros, aumentando 27,7 milhões de euros (33,8%) face a 2017, devido principalmente ao investimento realizado no ano, e ao aumento das disponibilidades em 10,8 milhões de euros, para fazer face à liquidação, nos primeiros meses de 2019, das faturas relativas aos novos autocarros, recebidas nos últimos meses do ano.

O **passivo** atingiu 441,4 milhões de euros a 31 de dezembro em 2018, reduzindo 48,6 milhões de euros (9,9%), face ao período homólogo de 2017

A 31 de dezembro de 2018 o **capital próprio** era negativo em 331,7 milhões de euros, registando um desagravamento de 76,3 milhões de euros (18,7%) devido aos aumentos de capital, ocorridos no ano

Projetos em que a STCP participa ou participou em 2018

Projeto FABULOS (*Future Automated Bus Urban Level Operation Systems*)

Em abril de 2017 foi decidida a participação da STCP no programa europeu de R&I do Horizon 2020, através da candidatura a fundos comunitários de apoio a um projeto I&D para conceção, teste e utilização de sistemas de gestão de autocarros automatizados sem condutor integrado na frota de serviço público de transporte. Em 2017 a candidatura foi aprovada pela Comissão Europeia, e o projeto foi designado por FABULOS (Sistemas de Operação de Nível Urbano de Autocarros Automatizados Futuros), consistindo no uso de miniautocarros sem condutor de forma sistemática. Em 2018, foram desenvolvidas as seguintes fases do projeto:

- Preparação dos documentos para lançamento do concurso incluindo a localização do percurso da possível linha a operar;
- Consultas abertas ao mercado e lançamento do procedimento na plataforma TED eTendering, para a apresentação de propostas de fornecimento; avaliação das propostas pelo comité técnico de avaliação; e adjudicação da 1ª fase do projeto (Desenho e desenvolvimento da solução) a 5 consórcios dos 6 que se apresentaram a concurso.

Projeto C-Roads

A Plataforma C-ROADS tem como principal objetivo interligar as diferentes atividades de Sistemas Cooperativos de Transporte Inteligente (C-ITS). O projeto tem o envolvimento da STCP em dois projetos pilotos seguintes:

- Monitorização em tempo real do tráfego: a participação da STCP está relacionada com o fornecimento de dados de posicionamento dos autocarros e respetiva velocidade instantânea de circulação, e acompanhamento da integração dos dados na monitorização e predição de fluxos de tráfego.
- Implementação de serviços de troca de informação do veículo com a infraestrutura: a STCP disponibiliza um autocarro elétrico para montagem de equipamento de comunicação V2I e I2V (comunicação entre o veículo e a infraestrutura) para cedência de prioridade ao transporte público em cruzamentos regulados por informação luminosa; o autocarro estará também equipado com um display na traseira que fornecerá informação em tempo real do estado da circulação do tráfego na zona de circulação.

Projeto de Desmaterialização dos Autos de Notícia

O projeto “Autos de Notícia Simplificados nos Transportes Públicos Coletivos do Porto” teve início no 2º semestre de 2018. É um projeto conjunto com a Metro do Porto e o TIP com o objetivo de agilizar o modo de exercer a função de fiscalização dos títulos de transporte, em caso de incumprimento que dê lugar a coimas, através da leitura direta dos dados do Cartão de Cidadão e emissão automática do auto. Em 2018 foi elaborado o Caderno de Encargos para consulta de fornecedores. Este projeto é cofinanciado pelo SAMA - Sistema de apoio à transformação digital da administração pública. O projeto está também integrado nas medidas do SIMPLEX.

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

A STCP efetuou um trabalho de adaptação à legislação de proteção de dados, com base no apoio de auditores externos que efetuaram um levantamento de todos os dados de caráter pessoal que recolhemos e tratamos bem como da componente de Cibersegurança. Foi definido o regulamento interno de aplicação do RGPD e as políticas de segurança, face a eventuais ocorrências de acesso indevido a dados

peçoais. Foi eleito como DPO - Data Protection Officer / Encarregado de Proteção de Dados, o Dr. Paulo Ferreira, conforme indicado no regulamento para empresas da nossa dimensão. Reforçou-se a componente de Cibersegurança e identificaram-se os softwares necessários, com vista à melhoria das condições existentes neste domínio. É um projeto cofinanciado pelo SAMA - Sistema de apoio à transformação digital da administração pública, que se encontra em curso.

Projeto Anda

A STCP participou no projeto Anda, conjuntamente com o TIP, através do projeto piloto iniciado em 2017 na linha 500. O Anda passou a estar disponível ao público a 29 de julho de 2018 em todas as linhas. Trata-se de um novo modo de viajar usando o telemóvel e a APP Anda como um título virtual, variável conforme a utilização, e ao qual está associado o pagamento posterior de acordo com a tarifa mais conveniente ao utilizador.

Perspetivas para 2019

Ao longo do ano de 2019 está prevista a receção e entrada em operação de mais 60 novos autocarros a gás natural, de modo faseado, da primeira fase do projeto da renovação da frota, que tem o financiamento do POSEUR, para a substituição de 188 autocarros em fim de vida por novas viaturas limpas, que estarão em operação na totalidade até dezembro de 2020, contribuindo para a descarbonização da operação da STCP.

Em janeiro de 2019 a STCP foi notificada pelo POSEUR sobre a decisão de aprovação da candidatura efetuada em outubro de 2018 (Aviso 07-2018-10) para o apoio à aquisição de 86 novos autocarros, 81 a gás natural e 5 elétricos, e respetivas infraestruturas de carregamento (segunda fase do projeto de renovação da frota).

Estima-se a assinatura do Termo de Aceitação entre o POSEUR e a STCP durante o 1º trimestre do ano.

No dia 12 de abril de 2019 foi lançado o concurso público internacional para a aquisição de 81 autocarros a gás natural. Brevemente está previsto o lançamento do concurso de aquisição de mais 5 novos autocarros elétricos e respetivas estações de carregamento.

Com a aprovação em agosto de 2018 por parte do acionista, Estado Português, do investimento para a requalificação dos edifícios das estações de recolha de autocarros da STCP, projeto a executar no triénio 2018 – 2020, orçamentado em cerca de 5 milhões de euros, estima-se a conclusão dos projetos de engenharia, a elaboração das peças concursais e lançamento dos concursos públicos internacionais para as empreitadas das obras, em 2019.

Estas estações de recolha há vários anos que não têm obras de manutenção significativas, pelo que é necessário realizar uma empreitada geral de manutenção e reforço estrutural dos edifícios e parques de estacionamento, adaptando o estacionamento à nova tipologia de autocarros, e dotando os edifícios de maior eficiência energética para redução dos consumos de energia.

No dia 1 de abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais. Durante o primeiro trimestre do ano foram executados os passos necessários para a implementação dos novos passes sociais, intermodais. A avaliação dos impactos desta medida será monitorizada ao longo do ano, de modo a proceder-se a eventuais ajustamentos da oferta, em função da evolução da procura.

Enfoque na sensibilização das autoridades locais, para que promovam políticas urbanas que privilegiem o aumento da velocidade comercial do transporte público rodoviário, de modo a incrementar a apetência da utilização do transporte coletivo por um maior número de cidadãos.

Será dada continuidade à política de ajustamento do quadro de efetivos, adaptando-o às necessidades da empresa, a concretizar, simultaneamente, através do seu redimensionamento de acordo com as autorizações da Tutela, e da requalificação dos efetivos ao serviço, mediante programas de formação profissional.

Será prosseguido o diálogo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), com vista à contribuição para uma maior paz social e estabilidade laboral.

Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Na Assembleia Geral da STCP realizada no dia 14 de agosto de 2018, em continuação da reunião iniciada a 22 de maio, aquando da aprovação das contas de 2017, do Relatório das boas práticas do Governo Societário e, ainda do Orçamento, Plano de Atividades e Indicadores Previsionais de Gestão para o ano de 2018, o representante do acionista efetuou **as seguintes recomendações ao Conselho de Administração:**

Primeira

“...à representante do Estado (...), votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas individuais e consolidadas de 2017, recomendando ao conselho de Administração que diligencie no sentido de elaborar o relatório anual sobre prevenção da corrupção em 2017, nos termos do n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.”

A STCP procedeu à elaboração do relatório anual de 2017 e 2018 sobre prevenção da corrupção, que será oportunamente publicado na *internet* e na *intranet* da empresa.

Segunda

“...a representante do Estado emitiu o seguinte voto:” Ainda que não tenham sido cumpridas duas das metas estabelecidas no contrato de gestão operacional, em razão de não ter ocorrido a compensação inicialmente prevista das Obrigações de Serviço Público, delibera avaliar positivamente o cumprimento das metas definidas no contrato de gestão operacional celebrado entre o Estado Português e a AMP, recomendando-se ao Conselho de Administração que no exercício de 2018 diligencie pelo cumprimento integral da meta relativa ao EBITDA (de gestão) do modo rodoviário.”

De acordo com o já referido no ponto 6.1 a):

O EBITDA (de gestão) do modo rodoviário foi de 1,233 milhões de euros, registando um desvio negativo em cerca de 2,3 milhões de euros face à meta estabelecida. Este desvio é explicado essencialmente pelas reposições remuneratórias de cerca de 2,7 milhões de euros, incluindo encargos sociais, pelo impacto das reposições dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e impacto das atualizações salariais, decorrentes do memorando de entendimento assinado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e aprovado pela Tutela.

Aquando da fixação das metas do Contrato de Gestão Operacional, não foram consideradas as reposições salariais decorrentes da Lei do Orçamento de Estado de 2017. Também não foi previsto o aumento do efetivo da STCP. Conforme já exposto em documentos apresentados e reuniões havidas com a Unidade Técnica de Serviço, por estas duas razões, este indicador não foi cumprido.

Se fosse expurgado do real de 2018 o montante das reposições salariais, o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário teria atingido o montante de cerca de 3,9 milhões de euros e registaria assim um desvio positivo de 10% face ao objetivo definido, em vez dos 65% negativos registados.

Gestão de Riscos e Sistemas de Controlo

Em 2018, a responsabilidade pela gestão da Empresa passou a ser partilhada entre o Estado e seis municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Gaia e Porto - através de uma UTS - Unidade Técnica de Suporte, que congrega as decisões destes Municípios.

O Conselho de Administração é constituído por um Presidente executivo, dois Vogais executivos e dois Vogais não executivos. Um dos Administradores Executivos é nomeado pelo Estado, e os restantes Membros são nomeados pela Área Metropolitana do Porto.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno, que tem em conta as orientações da Tutela, da AMP/UTS e do cumprimento dos normativos legais: anualmente são fixados objetivos globais que são avaliados quer em sede de informação de gestão mensal, quer através dos relatórios anuais de prestação de contas. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução do contrato assinado com os seis Municípios.

O Sistema Integrado de Gestão da STCP, S.A. encontra-se Certificado em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, pelas Normas:

- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

Em 2018, foi realizada com sucesso a transição para as novas versões 2015, das normas de gestão em Qualidade e Ambiente, referenciais estes que vêm introduzir na gestão das empresas a abordagem pelo pensamento de risco, análise de contexto e partes interessadas.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

A função administração é supervisionada pela Tutela e pelos seis Municípios com responsabilidade na gestão da empresa, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), nos termos previsto na lei.

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

A STCP possui um sistema documental integrado, que engloba Procedimentos, Procedimentos Internos, Regulamentos e outros.

De salientar:

- o Manual de Estrutura, onde se encontram definidas as atribuições de cada departamento / área da macroestrutura da empresa;
- o Regulamento Interno de Proteção de Dados, já elaborado de acordo com o RGPD e a nomeação de um DPO (Encarregado da Proteção de Dados);
- um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção;
- em 2018 foi elaborado o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, divulgado a todos os trabalhadores, e disponível na intranet da STCP;
- e Códigos de Conduta.

Seguidamente apresenta-se quadro com os principais riscos estratégicos da empresa, assim como o departamento/área da macroestrutura, responsável pela sua monitorização e controlo:

Áreas de Responsabilidade	Principais riscos estratégicos
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico	Concorrência do transporte individual
Departamento de Marketing	Concorrência de outros operadores de transporte público
Departamento de Marketing	Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade da STCP na exploração do transporte público rodoviário de passageiros, na Cidade do Porto
Departamento Administrativo e Financeiro	Desequilíbrio económico - financeiro
Departamento Administrativo e Financeiro	Impacto financeiro decorrente das ações judiciais
Departamento de Marketing	Eventual fraude por parte dos clientes
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico/ Autoridade de Segurança da Exploração	Segurança na operação
Departamento de Operações/ Unidade do Carro Elétrico/ Autoridade de Segurança da Exploração/ Departamento de Recursos Humanos	Eventual existência de greves ou plenários
Departamento de Recursos Humanos/ Gestor do Sistema de Gestão SST	Eventuais riscos no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho
Departamento de Operações/ Gestor do Sistema de Gestão Ambiental	Eventuais acidentes com impactos ambientais
Departamento de Operações/ Autoridade de Segurança da Exploração/ Departamento Administrativo e Financeira/ Unidade de Manutenção da Frota	Sinistralidade rodoviária

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, mas integrada, de acordo com os requisitos das normas de gestão pelas quais se encontra certificada.

Cabe a cada responsável de Processo determinar os Riscos, caracterizá-los, graduá-los e implementar planos de ação, sempre que justificável, para os que apresentem os máximos de classificação de risco (probabilidade de acontecimento x impacto).

A empresa tem uma pessoa com as funções de Autoridade de Segurança de Exploração, que para além das suas responsabilidades emanadas legalmente, coordena a gestão global de riscos de segurança tanto na operação como nas instalações.

A empresa tem um gabinete de controlo de gestão e auditoria que realiza auditorias programadas e/ou esporádicas a processos da empresa e demais normativos internos e externos que deve cumprir.

Uma vez que a empresa tem implementado um Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, está sujeita a auditorias internas e externas no âmbito deste sistema, bem como à verificação da sua conformidade legal, para ser possível renovar a certificação.

Como já anteriormente referido, em 2018, foi concluído com sucesso o processo de transição das certificações para as novas versões, das normas de gestão em Qualidade e Ambiente, referenciais que vêm introduzir na gestão das empresas a abordagem pelo pensamento baseado em risco, a análise de contexto e partes interessadas. Foi aproveitado o momento da transição para realizar uma análise dos processos em vigor, que culminou com a definição de uma nova rede de processos, mais adequada à realidade empresarial atual.

A aplicação do pensamento baseado no risco passou pela definição da Matriz de Análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças) e da Matriz de Riscos e Oportunidades.

Foi definida a metodologia de avaliação dos Riscos e Oportunidades e as graduações que determinam necessariamente uma atuação de acordo. Os Riscos foram avaliadas de acordo com a gravidade do impacto e a probabilidade de ocorrência, e as Oportunidades de acordo com o benefício expectável e o esforço de implementação. Foram utilizadas escalas de quatro níveis para a sua classificação, e a partir do resultado obtido foi possível a identificação das situações principais a serem objeto de acompanhamento e ações.

A tabela de base da metodologia pode resumir-se ao quadro abaixo:

O nível de Risco ou de Oportunidade é obtido pelo produto dos fatores O x G ou E x B, respetivamente.

A implementação e evolução do Sistema Integrado de Gestão assenta na metodologia de melhoria contínua, ciclo PDCA (planear, executar, controlar e atuar).

No âmbito da transição para as novas normas, foram:

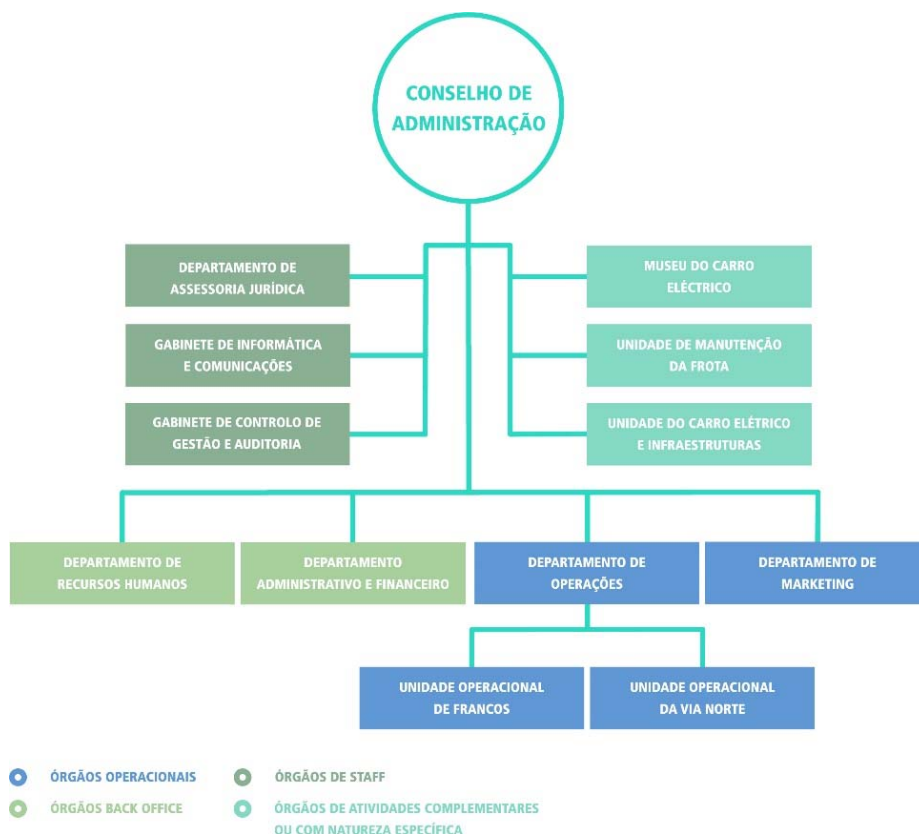
- revistos os Indicadores dos Processos e definidos os seus objetivos;
- realizada a Análise do Contexto da Organização, com a identificação das questões internas e externas relevantes;
- elencadas e avaliadas as diversas fontes de informação de base da gestão do conhecimento;
- elaborada uma matriz de identificação das Partes Interessadas.

A estrutura organizacional da STCP é sempre publicada e divulgada por Ordenação do Conselho de Administração.

A empresa dispõe de um *Enterprise Resource Planning* (ERP) onde estão definidas de forma automática, as estratégias de validação e aprovação, de aplicação transversal à empresa.

No que concerne aos limites materiais da delegação de competências, a STCP tem definido em Procedimento Interno os limites de competência para aprovação de despesas de investimento e correntes.

Seguidamente apresenta-se o organigrama da empresa, a 31 de dezembro de 2018:



A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, mas integrada, de acordo com os requisitos das normas de gestão pelas quais se encontra certificada.

Cabe a cada responsável de Processo determinar os riscos, caracterizá-los, graduá-los e implementar planos de ação, sempre que justificável, para os que apresentem os máximos de classificação de risco (probabilidade de acontecimento x impacto).

As funções de cada área/departamento encontram-se descritas no Manual de Estrutura da empresa e no Manual de Competências, sem prejuízo de outras funções e responsabilidades específicas, no âmbito do controlo de riscos, se encontrarem mencionadas no diverso normativo interno inerente ao Sistema Integrado de Gestão.

Através da política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, cabe a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A empresa tem responsáveis para as funções abaixo indicadas que contemplam a gestão dos riscos associados:

- Gestor do Sistema Integrado de Gestão;
- Autoridade de Segurança da Exploração (despacho nº 1094/98 de 19 de janeiro);
- Gestor do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Gestor do Sistema de Gestão do Ambiente;
- Gestor do Sistema de Gestão da Higiene e Segurança do Trabalho;
- Está instituída a figura de Gestor de contrato;
- Foi eleito em 2018 como DPO - *Data Protection Officer* / Encarregado de Proteção de Dados, o Dr. Paulo Ferreira, diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.

Principais riscos identificados e sua descrição:

1. Concorrência do transporte individual

- Risco operacional ao nível da dificuldade e impedimento na circulação dos autocarros nas vias públicas rodoviárias, com impacto no cumprimento de horários, e implicando uma degradação da imagem do transporte público de passageiros.
- Risco económico devido à perda de receita por via da transferência de clientes para o transporte individual.

2. Aumento do regime concorrencial nas linhas

- Risco económico devido à diminuição de receita por transferência de clientes para outros operadores, por partilha de percurso com outros concorrentes por via da integração tarifária, e / ou por concorrência desleal.

3. Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade da STCP na exploração do transporte público rodoviário de passageiros, na cidade do Porto

- Risco jurídico devido a incumprimento por parte de outros operadores de transporte das regras de exclusividade de operação da STCP na cidade do Porto.
- Risco económico e financeiro por diminuição de receita, para a mesma oferta.

4. Desequilíbrio económico-financeiro

- Risco financeiro pelo desequilíbrio da estrutura financeira e do peso do endividamento.

5. Impacto financeiro significativo decorrente das ações judiciais

- Risco financeiro pelo pagamento de elevados montantes de indemnizações.

6. Eventual fraude por parte dos clientes

- Risco económico por via da eventual diminuição da receita.

7. Segurança na operação

- Riscos jurídicos e económicos associados a eventuais ocorrências ao nível da segurança na operação.

8. Eventual existência de greves ou plenários

- Risco operacional por incumprimento de serviço.
- Risco económico por perda de clientes e receita.

9. Eventuais riscos no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho

- Risco económico associado a acidentes.

10. Eventuais acidentes com impactos ambientais

- Riscos jurídicos e económicos associados a eventuais ocorrências ao nível de acidentes com impacto ambiental.

11. Sinistralidade rodoviária

- Riscos jurídicos, económicos e operacionais relacionados com eventuais acidentes de viação.

Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Cabe a cada responsável de Processo determinar os Riscos, caracterizá-los, graduá-los e implementar planos de ação, sempre que justificável, para os que apresentem os máximos de classificação de risco (probabilidade de acontecimento x impacto).

Acresce que:

- A empresa dispõe de um método de apreciação do risco que está suportado em procedimento interno, aplicável a todos os processos da empresa, orientado para os riscos com impacto na higiene e segurança do trabalho - **risco 9**;
- A empresa dispõe de Planos de Prevenção de risco específicos, bem como a contratação de respetivas apólices de seguros, com várias seguradoras, nomeadamente do ramo industrial, ambiental, geral de exploração, acidentes de trabalho, frota de autocarros e carros elétricos, entre outros - **riscos 7, 10 e 11**;
- A empresa cumpre o disposto no despacho nº 1094/98, de 19 de janeiro, relativo às condições de segurança da exploração nos transportes coletivos regulares de passageiros - **riscos 7 e 8**;
- A empresa cumpre o disposto na Lei nº 28/2006, de 4 de julho, com as alterações introduzidas pelo DL nº 14/2009, de 14 de janeiro, pelo DL 114/2011, de 30 de novembro, pela Lei nº 83-C/2013 e DL nº 117/2017, de 12 de setembro, relativamente à execução de fiscalização da utilização dos títulos de transporte por parte dos clientes e respetivo controlo de receita - **risco 6**;
- A empresa dispõe de Planos de Emergência Internos que abrangem a totalidade das suas instalações fixas os quais sistematizam as áreas envolvidas e as ações a desenvolver pelos diversos intervenientes – **risco 9**;
- A empresa cumpre o disposto no decreto-lei n.º 236/2003, de 30 de setembro, relativo "às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores, suscetíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas", dispondo para o efeito de Manuais de Proteção Contra Explosão, para todas as suas instalações – **riscos 9 e 10**;
- A empresa dispõe de um Regulamento de Controlo de Alcoolemia, monitorizado pela medicina do trabalho interna – **risco 11**;
- Operação via livre – a STCP possui um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto para o desenvolvimento de ações de caráter corretivo para facilitar a normal circulação das viaturas de serviço público, efetuadas conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto – **risco 1**;
- A STCP possui um Centro de Controlo que permite a localização da frota em tempo real, com comunicação bidirecional, acesso às visualizações das câmaras de vigilância de tráfego da Câmara Municipal do Porto, e comunicação direta com as Autoridades Policiais - **riscos 1, 7 e 11**;

- A STCP regularmente constitui equipas para verificação no terreno e posterior avaliação de eventuais impactos negativos ao nível económico e jurídico no serviço da STCP, com origem no serviço prestado por operadores concorrentes. Pontualmente, contrata serviços externos para proceder à avaliação da concorrência – **riscos 2, 3 e 5**;
- A empresa dispõe de um Regulamento de Avaliação de Fornecedores - **âmbito geral**;
- A empresa dispõe de um Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos - **âmbito geral**;
- A empresa dispõe de um Código de Ética e de Conduta - **âmbito geral**;
- Dispõe também de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - **âmbito geral**;
- A empresa dispõe de um Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho - **âmbito geral**;
- A empresa dispõe de um Regulamento de Proteção de Dados – **âmbito geral**.

Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Internamente a função de elaboração das demonstrações financeiras encontra-se segregada da função de controlo de gestão e auditoria.

O Departamento Administrativo e Financeiro é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, certificadas pela contabilista certificada da empresa.

O Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, é responsável pela análise, controlo e o respetivo *reporting* interno e externo de informação financeira e da atividade empresarial.

A função de compras e aprovisionamentos, dependente hierarquicamente do Departamento Administrativo e Financeiro, está sujeita previamente ao respetivo controlo orçamental.

A empresa reporta mensalmente ao Revisor Oficial de Contas (ROC) e ao Conselho Fiscal as Demonstrações Financeiras e os Relatório de Informação de Gestão. O ROC e o Conselho Fiscal elaboram relatórios trimestrais.

O reporte financeiro e da atividade empresarial é efetuado mensalmente, às Tutelas financeira e sectorial, de acordo com o estipulado na legislação em vigor.

Semestralmente e anualmente é efetuado o reporte das Demonstrações Financeiras e Relatórios e Contas semestrais e anuais à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. São também remetidos ao Tribunal de Contas (TC) e à Inspeção Geral de Finanças (IGF).

Os Relatórios e Contas anuais e semestrais são publicados no site da empresa.

Mensalmente, ao longo do ano de 2018, foi remetido à Unidade Técnica de Serviço (UTS) o Relatório do Contrato de Gestão Operacional, com a monitorização e acompanhamento dos indicadores definidos no respetivo contrato.

O ROC realiza auditorias à atividade financeira da empresa, por iniciativa própria e sempre que o entende. A IGF e o TC realizam inspeções e fiscalizações à STCP, sempre que o entendem.

Código de Ética e de Conduta

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um código de ética e de conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no *site* da empresa para consulta generalizada e na *intranet* para consulta dos trabalhadores.

O código de ética e de conduta é o instrumento no qual se inscrevem os valores que pautam a atuação da STCP na execução do serviço público, bem como os princípios éticos e as normas de conduta a que a empresa globalmente e os seus colaboradores, em concreto, se encontram sujeitos e assumem como intrinsecamente seus.